

EDUCAR PARA A DIFERENÇA

Rosângela Azevedo Corrêa*

Resumo: A educação para a diferença reflete-se na humanização crescente do indivíduo consigo mesmo e na sua relação com o outro, resgatando a diferença como riqueza da vida social, estimulando a essência do saber e do aprender dentro do vínculo amoroso entre as pessoas. O objetivo da educação para a diferença é harmonizar a convivência de diferentes grupos sociais; promover a justiça social, considerando as distinções dos segmentos sociais; permitir o acesso de todos os seres humanos aos bens intelectuais, materiais, espirituais e naturais; assim como, mobilizar cada um para a aceitação de si mesmo, percebendo-se diferente do Outro. Nessa convivência dos diferentes, somos muito mais enriquecidos.

Palavras-chave: diversidade cultural; alteridade; educação; transcultural.

Partiremos da reflexão de Pierucci (1999, p. 7):

Somos todos iguais ou somos todos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? Houve um tempo em que a resposta se abrigava, segura de si, no primeiro termo da disjuntiva. Já faz um quarto de século, porém, que a resposta se deslocou. A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envoltos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se em ritmo acelerado e perturbador a consciência de que nós, humanos, somos diferentes *de fato*, porquanto temos cores diferentes na pele e nos olhos, temos sexo e gênero diferentes além de preferências sexuais diferentes, somos diferentes na origem familiar e regional, nas tradições e nas lealdades, temos deuses diferentes, diferentes hábitos e gostos, diferentes estilos ou falta de estilo; em suma, somos portadores de pertencas culturais diferentes. Mas somos também diferentes *de direito*. É o chamado “direito à diferença”, o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente...

* Graduada em História, mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Iberoamericana, México. Professora de Sociologia e de Ética, Cidadania e Realidade Brasileira II no UniCEUB. Representante do INPAZ (Instituto de Educação para a Paz e Direitos Humanos) no DF. Email: rosangelaantro@hotmail.com

Hoje, vivemos num mundo altamente competitivo, numa sociedade moderna que é concebida como composta de indivíduos autodeterminados, nascidos iguais e livres. Partimos de uma ideologia de menosprezo, para conciliar o inconciliável, ou seja, um etos meritocrático liberal de oportunidades iguais para todos no mercado e a desigualdade socioeconômica, que é parte e parcela do capitalismo liberal. Quando escutamos as notícias na televisão ou lemos os jornais, parece que os humanos são inerentemente etnocêntricos, tornando inevitavelmente hostis as relações entre culturas, e que as culturas diferentes seriam incompatíveis.

O problema das diferenças culturais acompanha a antropologia desde suas origens e confesso que, como antropóloga, este foi sempre um tema que me fascinou. No entanto, embora se possa dizer que a antropologia nasceu reconhecendo as diferenças culturais, a disciplina definiu sua abordagem particular desse fato mediante um *constructo* teórico, que foi a própria “produção” da diversidade no plano conceitual. Quando a antropologia fala de diversidade, não está simplesmente registrando diferenças empíricas observáveis, mas, ao contrário, está atribuindo a noção de diversidade como um lugar particular na explicação dos fatos. Está postulando que a diversidade não existe simplesmente como porção do fato real empírico e que cabe ao investigador o esforço de construí-la desde sua perspectiva teórica.

Mas queremos partir de uma questão muito bem apresentada por Paula Montero (1999) que é saber por que e, sobretudo, para quem a diversidade cultural é um problema. A autora responde a questão, afirmando que as diferenças culturais emergem como problemas sempre que pessoas, grupos ou instituições estejam empenhados em integrar, em um todo mais ou menos homogêneo – nação, sociedade brasileira, cidadania etc. –, as diferenças de hábitos, visões de mundo e valores distribuídos em um dado espaço geográfico. Ela afirma que enquanto as diferenças culturais constituem um fato coetâneo das sociedades humanas, o problema da diversidade só se põe em circunstâncias muito particulares, nas quais um tipo específico de relação social, voltada para a integração das diferenças, prevalece” (1999: 40). Não é mera coincidência o fato de que hoje se fala cada vez mais em “diversidade” ou pluralidade cultural e não tanto em “diferenças”.

Diversidade cultural “inclui” ou “exclui”, mas quem ou o que está sendo excluído e com relação a quê?

A questão da diversidade cultural tornou-se hoje uma questão política espinhosa, porque cada vez mais a identidade coletiva parece definir-se em termos de etnicidade, cultura, herança e

tradição, ressaltando o direito à diferença e à autodeterminação, em contradição com o mundo global.

Como defender a igualdade sem desqualificar o referente da diferença cultural? Se buscarmos no Estado a resposta para essa pergunta, vamos encontrar que, nos estados democráticos, os grupos – grandes organizações, associações, sindicatos etc. –, e não os indivíduos, se tornaram os protagonistas da vida política. As reivindicações de autonomia étnica parecem voltadas demais para si, até o ponto da intolerância, tendem a ameaçar perigosamente os mecanismos de integração até então assegurados pelos Estados e partidos políticos de massa.

Nenhum estado-nação é culturalmente uniforme em si mesmo, mas a uniformidade cultural é o pré-requisito fundamental para o acesso à cidadania. O estado-nação mobiliza um sentimento compartilhado de pertencimento e uma lealdade radicada na língua, tradições culturais e crenças comuns. A cultura e a identidade nacional fundamentam-se em uma herança histórica única, compacta e imutável. No caso brasileiro, a memória oficial é sempre uma, linear e homogeneizadora. Montero (1999, p. 59) afirma que:

A identidade nacional é uma ilusão, porque esconde o corpo fragmentado de uma nação desprovida de direitos. Talvez, então, sentir-se brasileiro fosse possível nesses lugares sociais onde a solidariedade humana ainda é possível: nos grupos organizados em torno das lutas civis. No entanto, qual é a identidade que eles podem constituir nesse lugar? A de desprovidos, a de oprimidos, a de membros desgarrados de um corpo fragmentado pela ordem autoritária do Estado. Não há, pois, nenhuma positividade cultural nesses sujeitos. Eles estão constituídos pela pura falta de direitos e, portanto, incapazes de transformar a desigualdade em diferenças... O diferente é apenas aquele que não tem direitos. Ao responder ao problema dos direitos, perde-se a dimensão da diferença.

Montero considera que o problema da nação poderá resolver-se, talvez, no plano da igualdade dos direitos, mas, no plano das diferenças culturais, permaneceria uma equação à espera de sua solução.

Por outro lado, Stolcke (1993) considera que a diversidade cultural florescerá e será criativa sem trazer desvantagens quando, de fato, a sociedade for democrática e igualitária o suficiente para permitir que as pessoas resistam à discriminação (enquanto imigrantes, estrangeiros, mulheres, negros) e desenvolvam diferenças, sem colocar em risco a si mesmos e à sua solidariedade.

A diferença pressupõe uma questão de auto-reconhecimento e de ser reconhecido; assim, a identidade, individual ou coletiva, sempre nos leva à dimensão da alteridade, por ser uma

categoria social e relacional. Ela se constrói a partir de experiências comuns, que se defrontam e confrontam entre si.

Mas é preciso, também, levar em conta esse movimento que constitui a identidade em sua dupla dimensão: trata-se de se perceber semelhante aos outros (ser reconhecido e reconhecer) e, ao mesmo tempo, de afirmar a diferença enquanto indivíduo ou grupo. Essa diferença, paradoxalmente, só pode ser afirmada e vivida como tal ao supor uma certa igualdade e uma certa reciprocidade.

Ao mesmo tempo em que o mundo se globaliza, enquanto a escala de economia e da administração dos negócios fica mais vasta e mundial, Hobsbawm (1995) afirma que existe uma tendência psicológica de as pessoas olharem para algumas coisas com as quais elas possam identificar-se, uma espécie de refúgio da globalização.

Esse é o contexto em que se reabre o debate sobre identidade e alteridade, ou diversidade. Uns buscam e rebuscam a identidade pretérita ou imaginária, a caminho da nostalgia; outros, a identidade futura, possível ou imaginária, a caminho da utopia. Mas há os que reconhecem que a identidade é somente um momento da consciência social, algo presente e evidente, mas episódico, fugaz. Reconhecem que a identidade pode ser diferenciada, múltipla, contraditória, em movimento. Ao mesmo tempo em que se afirma um modo de ser, mobilizam-se relações e elementos culturais, formas de agir, sentir e pensar alheios, com os quais se busca afirmar ou imaginar a identidade, individual ou coletiva. Mas sempre essa consciência-em-si está sujeita a transfigurar-se em algo diverso, quando se forma a consciência-para-si. Deutscher comenta que aqueles que estão fechados dentro de uma sociedade, de uma nação ou de religião, tendem a imaginar que sua própria maneira de viver e de pensar tem validade absoluta e imutável e que tudo que contraria seus padrões é, de alguma forma, “anormal”, inferior e maligno. Os que vivem dentro dos limites de várias civilizações compreendem mais claramente o grande movimento. Podem conceber a realidade como dinâmica, plural, multicolorida e polifônica.

No âmbito da sociedade global, tanto se desenvolve a integração como a fragmentação. As relações, processos e estruturas que expressam a globalização produzem e reproduzem diversidades e desigualdades, convergências e tensões, interdependências e contradições. Na medida em que a globalização abala os quadros sociais e mentais de referência, os dilemas e as perspectivas parecem multiplicar-se, afetando práticas e convicções, hábitos e ilusões. O que

parecia estável, definido, cristalizado, ou mesmo resolvido, logo se manifesta difícil, problemático ou inquietante.

Os indivíduos, grupos, classes, coletividades ou povos estão continuamente definindo-se e redefinindo-se reciprocamente. Independentemente de suas características étnicas, desenvolvem ideologias que classificam o Outro como diferente ou semelhante, igual ou estranho, oposto ou antagônico. Mobilizam características étnicas ou traços fenotípicos para distinguir, assemelhar, discriminar ou oprimir. Sempre reelaboram socialmente o “outro” de modo a transformá-lo em igual, semelhante, diferente, estranho, exótico, estrangeiro ou inimigo.

A multiplicidade dos movimentos de indivíduos e coletividades, em âmbito local, nacional, regional e mundial, põe, em confronto, diversidades, desigualdades e contradições que se revelam a matéria-prima de xenofobias, preconceitos, estigmas, etnicismos ou racismos. Sob certos aspectos, Ianni (1996:19) afirma que “as ideologias podem ser sínteses do complexo jogo das relações por meio das quais se encontram, acomodam, confrontam e tensionam diversidades e desigualdades, ou estilos de vida e visões de mundo. As ideologias taquigrafam, reiteram, naturalizam ou cristalizam identidades e antinomias, ou diversidades e antagonismos”.

Em muitos lugares, os problemas raciais suscitam o contraponto cor, classe ou estamento. São formas de sociabilidade distintas e bastante demarcadas por suas especificidades, por seus enraizamentos nas tradições e mentalidades. Mas é inegável que cor, casta e classe não se dissolvem entre si. Mais que isso, recriam-se continuamente, umas vezes, enrijecendo e, outras, flexibilizando as diversidades e as desigualdades sociais.

Tomados singularmente ou como coletividade, os indivíduos distinguem-se uns dos outros como pertencentes à mesma “raça” ou como pertencentes a raças distintas, com base na trama das relações sociais, as quais emergem traços fenotípicos ou marcas étnicas, como signos de semelhanças, diferenças, polarizações ou propriamente oposições. Essa trama de relações sociais alimenta-se de elementos presentes e passados, continuamente incorporados, recriados, modificados, atenuados ou exacerbados.

Na medida em que se inserem na trama das relações sociais, as semelhanças, diferenças, polarizações e antagonismos raciais adquirem a conotação de técnicas sociais. Entram no jogo das forças sociais, propiciando codificações ou cristalizações não só de diversidades, mas de hierarquias e desigualdades. Nesse sentido é que as ideologias raciais podem tornar-se forças sociais não só básicas, mas decisivas, garantindo a reiteração e recriação de hierarquias e

desigualdades que parecem “raciais”, mas que, na realidade, são propriamente sociais, no sentido que são, simultaneamente, econômicas, políticas e culturais.

Na ideologia dominante, em geral, não se reconhece que o racismo é um problema estrutural. O termo racismo é reservado apenas a crenças e ações que apóiam abertamente a idéia de hierarquias de base genética ou biológica entre grupos de pessoas. O problema dessas definições restritas de racismo é que elas tendem a “fazer vista grossa” à natureza cambiante do racismo nas últimas décadas. O discurso do racismo está tornando-se cada vez mais impregnado de noções que atribuem deficiências culturais a minorias étnicas. Essa culturalização do racismo constitui a substituição do determinismo biológico pelo cultural, isto é, um conjunto de diferenças étnicas reais ou atribuídas, representando a cultura dominante como sendo a norma, e as outras culturas como diferentes, problemáticas e geralmente atrasadas.

Normalmente, na nossa cultura, repudiamos a agressividade, a vergonha, o fingimento, a mentira, a traição, o desprezo, a inveja, a covardia e a **diferença**. Mas é preciso perceber que situações inadequadas e até destrutivas podem ser transformadas com alto teor pedagógico, ou seja, identificadas as situações-limite, agimos, elaborando-as criativamente, sem medo nem vergonha, antes que transbordem. Como afirma Byington (1996, p. 78), é “preciso não esquecermos que o ferro só se molda em altas temperaturas”. Hoje, vivemos num mundo em que temos receio de nos aceitar e aceitar o outro porque pensamos ou desejamos um amor puro. É imprescindível saber que o amor inclui a afetividade e a agressividade. Portanto, “quanto mais um ser humano é domesticado como cordeiro, mais ele fabrica um lobo selvagem, mutilado ou perverso em sua sombra. Por isso, lobo e cordeiro devem ser exercidos e integrados no nível consciente, tanto quanto possível” (BYINGTON, 1996, p. 79). O problema é como, onde e quando.

Nas escolas, entre familiares ou amigos, percebemos certa indiferença ou distância por temores ou desconfianças, pela justificativa de falta de tempo ou pelo individualismo em que vivemos. A afetividade aproxima o Eu e o Outro. A agressividade afasta. A afetividade diz sim, a agressividade diz não. Incorporar o sim e o não à socialização é um dos ensinamentos mais importantes e fundamentais da vida.

O afeto é igualmente importante. O afeto cria universos. Uma palavra uma vez por semana, um olhar, um sorriso, um comentário, uma cobrança afetiva do comportamento podem pontuar a relação individualizada.

Em 1998, o Ministério da Educação elaborou os “Parâmetros Curriculares Nacionais” com o objetivo de respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país e considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Foram incorporados “Temas Transversais” como Ética, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho, Consumo e Pluralidade Cultural. O desafio da escola é

reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Neste sentido, a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdades, dos diferentes. O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura de Paz”, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros (MEC/SEF, 1998).

Com base em pesquisas realizadas por nós em escolas públicas do Distrito Federal, percebemos que ainda não é possível trabalhar pluralidade cultural a partir da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, porque nós não fomos educados para a diferença. A escola desconsidera o pensamento, a sensação, o sentimento e a intuição, a extroversão e a introversão, como também o literal e o abstrato, a palavra e a imagem, a expressão ativa e o silêncio, o corpo, a emoção e a fantasia. Encontramos crianças “brincando” de brigar na hora do recreio ou usando expressões negativas contra colegas, durante as aulas, como forma de relacionar-se com o outro.

Mas temos de partir da seguinte premissa: a agressividade é “necessária e imprescindível para vida. Sem agressividade, não há transgressão e, sem as duas, não há criatividade. Sem elaboração, a agressividade fica escondida e crua” (MEC/SEF, 1998, p.81). Por isso, não basta o reconhecimento da diferença, é preciso saber lidar com os conflitos pessoais e interpessoais.

A sociedade brasileira é permeada por uma inegável violência estrutural, manifesta em um quadro de injustiças sociais, disparidades econômicas, exclusão e falta de oportunidades que afetam a maioria da população. Esse estado de coisas, que se busca ocultar sob a aparência de naturalidade ou inevitabilidade, está na raiz de inúmeras modalidades de violência, mais fáceis de serem evidenciadas.

O fenômeno da violência, em sua complexidade e multicausalidade, tem engolfado também a adolescência. Os adolescentes, ao se envolverem com a violência, quer na condição de

vítimas ou na de perpetradores, terminam por sofrer alguma forma de exclusão, o que gera no adolescente a necessidade de formar grupos, “estereotipando-se a si próprios, aos seus ideais e aos seus ‘inimigos’, podendo tornar-se intolerantes e cruéis na sua exclusão de outros que são ‘diferentes’, como forma de defesa contra esse sentimento pela perda de identidade” (ERIKSON, 1976).

Nesses casos, o adolescente torna-se agente de exclusão, sob o risco de grupos rivais se engalfinharem numa escalada de agressões mútuas por motivos banais. Essa fragilidade interior do adolescente, muitas vezes, é mascarada sob atitudes agressivas e tantos fatores de risco – álcool, drogas ilícitas, DST/Aids, brigas etc. Todos esses fatores levam à destruição de si mesmo e dos relacionamentos familiares.

Um dos fatores para que os adolescentes tenham sido engolfados nessa trama de violência é a dificuldade de pais, profissionais da educação e da saúde e de governantes compreenderem as características e necessidades dessa etapa da vida.

Qualquer projeto de prevenção da violência passa por uma articulação intersetorial, interdisciplinar, multiprofissional, também com organizações da sociedade civil e comunitária que militam pelos direitos humanos e cidadania.

Então, como lidar com os conflitos?

Em qualquer grupo, encontraremos similitudes e diferenças entre as pessoas, mas parece que todo o esforço das instituições, seja a família, o Estado, a escola, o sindicato, a igreja, é voltado para a homogeneização da estética, do comportamento e do consumo dos indivíduos. Não aprendemos ver a beleza, o prazer, o criativo da diferença. E, quando não atendemos aos padrões de beleza, força e ideais sociais do Ter, frustramo-nos. Por isso, aprendemos o funcionamento dos relacionamentos e das instituições – para que esses exerçam influência, diretamente, em nossas emoções, sem que seja possível elaborar nossas frustrações. Se o(a) educador(a) consegue ajudar as pessoas a aprenderem a encontrar-se na sua diferença e a elaborar criativamente suas frustrações, estará contribuindo para diminuir a distância entre as pessoas e, assim, o(a) educador(a) estará dando uma enorme contribuição para a formação criativa do Ser.

É comum que os pais falem com os filhos, mesmo quando a criança está só, incidindo na falta de diferenciação entre estes pela sobrecarga de funções gerais de alimentação, saúde, educação, vestuário, obrigações domésticas, tratando todos os filhos como obrigações a cumprir e não como pessoas. A pior consequência do relacionamento familiar exclusivamente em bloco é,

talvez, o não aprendizado do modelo de relacionamento individual, íntimo e profundo. Isso acontece, também, com o professor que se torna uma máquina de transmitir idéias e conceitos e se esquece de relacionar-se com a individualidade dos seus alunos. Refere-se à classe sempre como um todo, ou a divide entre “bons” e “maus” alunos, “esquecendo-se” de que cada um é uma pessoa, um pequeno mundo individual cheio de particularidades.

Pela educação, pode-se combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e estigmatiza grupos sociais. Pode-se partilhar um cotidiano em que o simples "olhar-se" permite a constatação de que todos nós somos provenientes de diferentes famílias, de diferentes origens e possuímos, cada qual, diferentes histórias, o que nos permite desenvolver uma experiência de interação "entre diferentes", na qual cada um aprende e cada um ensina. Cada pessoa é única e, por essa singularidade, insubstituível.

É preciso que, quando eu fale, tenha uma posição que compreenda a relatividade de opiniões, preferências, gostos, escolhas, é preciso aprender a respeitar o outro, independente de sua idade, sexo, posição social, status, profissão, gostos ou necessidades.

Para enfrentar a "diferença" é preciso discernimento, sensibilidade, intencionalidade e informação*. Aqui se coloca a sensibilidade em relação ao outro. Compreender que o jovem infrator é alvo da discriminação, sofre de fato e profundamente é condição para que o tutor possa escutar até mesmo o que não foi dito. Como a história do preconceito é muito antiga, muitos dos grupos vítimas de discriminação desenvolveram um medo profundo e uma cautela permanente como reação. O tutor precisa saber que a dor do grito silenciado é mais forte do que a dor pronunciada.

É necessário que sejamos capazes de produzir um processo de ação-reflexão coletiva que engendre uma vontade de transformação e de autonomia das pessoas e grupos, para que possamos relacionar-nos dentro de padrões éticos de respeito mútuo, reconhecimento das diferenças e desejos de cooperação, superando a violência, o autoritarismo e o oportunismo político de um lado e a subserviência, a inércia, o acomodamento e dependência de outro.

A evolução transdisciplinar do aprender

O advento de uma nova cultura capaz de contribuir para a eliminação das tensões que ameaçam a vida de nosso planeta será impossível sem um novo tipo de educação que leve em

consideração *todas* as dimensões do ser humano. Todas as várias tensões – econômicas, culturais, espirituais – são inevitavelmente perpetuadas e aprofundadas por um sistema educacional fundado em valores de outro século e pelo desequilíbrio acelerado entre as estruturas sociais contemporâneas e as mudanças que estão acontecendo no mundo atual.

Nicolescu (2000, p. 54) comenta que:

apesar da enorme diversidade dos sistemas de educação de um país para outro, a mundialização dos desafios de nossa época leva à mundialização dos problemas da educação. Os diversos abalos que atravessam a área de educação num ou noutro país são os sintomas de uma única e mesma fissura: a da desarmonia que existe entre valores e as realidades de uma vida planetária em mutação. Embora não exista receita milagrosa, há um centro comum de questionamento que convém não ocultar se quisermos realmente viver em um mundo harmonioso.

Dois fundamentos ou motivações de natureza muito desigual intervêm nos programas multiculturais:

1. necessidade de integrar as minorias ou massas procedentes de outras culturas no sistema social, por meio da educação, sem eliminar a cultura de procedência, fazendo-o no sistema de escola única com um currículo comum, evitando a rejeição às instituições escolares por parte das minorias – o que seria , certamente, uma rejeição à sociedade. Levar isso em consideração é uma medida preventiva para aliviar o fracasso escolar a que dá lugar enfrentar um sistema de valores e de conhecimento muito alheio ao de origem;
2. uma motivação democrática e ética pelo respeito a outras culturas diferentes da própria na escolarização de seus membros. Uma idéia que leva a colocar a necessidade de um certo relativismo cultural que combata o etnocentrismo em sociedades plurais.

O multicultural mostra que o diálogo entre as diferentes culturas é enriquecedor, mesmo que sua meta não seja a afetiva comunicação entre culturas. O multicultural ajuda a descobrir a face de nossa própria cultura espelhada em outra cultura.

O intercultural é claramente favorecido pelo desenvolvimento dos transportes e da comunicação e pela globalização econômica. A descoberta de culturas outrora pouco conhecidas ou desconhecidas fez emergirem potencialidades insuspeitadas de nossa própria cultura.

Obviamente, o multicultural e o intercultural não garantem, sozinhos, a comunicação entre todas as culturas, o que pressupõe uma linguagem universal fundada em valores

compartilhados, mas, certamente, são um passo importante em direção ao advento da comunicação transcultural.

O transcultural designa a abertura de todas as culturas para aquilo que as atravessa e as ultrapassa. Nenhuma cultura se constitui em um lugar privilegiado a partir do qual possamos julgar as outras culturas. Cada cultura é a atualização de uma potencialidade do ser humano, em um lugar específico da terra e em diferentes momentos da história. Diferentes lugares da terra e diferentes momentos da história analisaram diferentes potencialidades do ser humano, isto é, diferentes culturas. É a totalidade aberta do ser humano que constitui o "lugar sem lugar" do que atravessa e transcende a cultura.

A pluralidade complexa das culturas e a unidade aberta do transcultural coexistem na visão transdisciplinar. O transcultural é a ponta de lança da cultura transdisciplinar. As diferentes culturas são as diferentes facetas do ser humano. O multicultural permite a interpretação de uma cultura pela outra; o intercultural permite a fertilização de uma cultura pela outra; e o transcultural assegura a tradução de uma cultura para várias outras culturas, decifrando o significado que as une, embora também as ultrapasse.

A linguagem transcultural, que permite o diálogo entre todas as culturas e impede a homogeneização, é um dos principais aspectos da pesquisa transdisciplinar.

Os métodos transdisciplinares, na educação, em concordância com a metodologia transdisciplinar, estão contidos na *Declaração de Locarno*; em seguida apresentarei os quatro pilares de um novo tipo de educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Aprender a conhecer:

Significa ser capaz de estabelecer *pontes* - entre os diferentes saberes, entre estes saberes e seus significados para nossa vida cotidiana, entre estes saberes e significados e nossas capacidades interiores. Essa abordagem transdisciplinar será o complemento indispensável do procedimento disciplinar, pois ela conduzirá ao surgimento de *seres continuamente re-ligados*, capazes de se adaptarem às exigências cambiantes da vida profissional e dotados de uma permanente flexibilidade, sempre orientada em direção à atualização de suas potencialidades interiores.

Aprender a fazer:

É uma aprendizagem de *criatividade*. "Fazer" também significa descobrir o novo, criar, trazer à luz nossas potencialidades criativas.

Criar as condições para o surgimento de pessoas autênticas significa assegurar as condições para a máxima realização de suas potencialidades criativas. A hierarquia social, tantas vezes arbitrária e artificial, pode, assim, ser substituída pela cooperação de níveis estruturados em função da criatividade pessoal. Ao invés de serem níveis impostos pela competição, que não leva em consideração a dimensão interior do ser humano, esses níveis seriam, de fato, níveis de ser. A abordagem transdisciplinar está baseada no equilíbrio entre a pessoa exterior e a pessoa interior. Sem esse equilíbrio, "fazer" não significa nada mais que "se submeter".

Viver em conjunto:

Não significa apenas tolerar as diferenças das opiniões, da cor e das crenças dos outros; submissão às exigências dos poderosos; navegar entre os meandros de incontáveis conflitos; separar, definitivamente, a vida interior da vida exterior. A atitude transcultural pode ser aprendida. Ela é inata, na medida em que, em cada ser, existe um âmago sagrado, intangível. Contudo, se essa atitude inata for apenas potencial, ela pode permanecer não atualizada para sempre, ausente de vida e da ação. Para que as normas de uma coletividade sejam respeitadas, elas precisam ser validadas pela experiência interior de cada ser. A atitude transcultural permitir-nos-á, assim, compreender mais a nossa cultura, defender melhor os nossos interesses, respeitar melhor as nossas convicções.

Aprender a ser:

Sabemos existir, mas como aprender a *ser*? Podemos começar aprendendo que a palavra "existir" quer dizer, para nós: descobrir nossos condicionamentos, descobrir a harmonia ou desarmonia entre nossa vida individual e nossa vida social, testar as bases de nossas convicções a fim de descobrirmos o que se encontra embaixo. Questionar, questionar sempre.

Aprender a ser também é uma aprendizagem permanente na qual os professores informam os alunos tanto quanto os alunos informam os professores. *A formação de uma pessoa passa inevitavelmente pela dimensão transpessoal.* O desrespeito por esse acordo necessário explica, em grande parte, uma das tensões fundamentais de nossa época, aquela entre o material e o espiritual.

Há uma inter-relação muito clara entre os quatro pilares do novo sistema de educação: como aprender a fazer, aprendendo a conhecer, e como aprender a ser, aprendendo a viver junto?

Na visão transdisciplinar, há uma *trans-relação* que liga os quatro pilares do novo sistema de educação e que tem sua origem em nossa própria constituição enquanto seres humanos. Uma educação só pode ser viável se for uma *educação integral do ser humano*. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano, e não apenas a um dos seus componentes.

A educação atual privilegia o intelecto, em detrimento da sensibilidade e do corpo. Isso foi, certamente, necessário em determinada época, para permitir a explosão do conhecimento. Mas se esse privilégio continuar, ele nos arrastará para a lógica louca da eficiência pela eficiência, que só pode desembocar em nossa autodestruição.

A partilha universal do conhecimento não pode ocorrer sem o surgimento de uma nova aceitação, fundamentada numa atitude transdisciplinar, que implica colocar em prática a visão transcultural, transreligiosa e transnacional. Decorre daí a relação direta e inquestionável entre paz e transdisciplinaridade.

Essa visão transcultural, como filosofia educativa, seria especificada nos seguintes objetivos (Lynch, 1989):

- a) desenvolver uma certa empatia para com os outros seres humanos, compreendendo a diversidade, as similitudes, as diferenças e as interdependências;
- b) conhecer as razões dos conflitos entre seres humanos no círculo de relações dentro de nações ou no contexto internacional;
- c) desenvolver um compromisso em combater os preconceitos e discriminações, favorecendo a solidariedade e o respeito aos direitos humanos;
- d) valorizar o significado das realizações de indivíduos e de grupos distintos;
- e) internalizar normas morais de comportamento dentro das sociedades e de um mundo pluricultural;

- f) desenvolver a compreensão da interdependência entre distintos ambientes, economias e culturas;
- g) adquirir habilidades práticas, conhecimentos, destrezas e atitudes apropriadas para se desenvolver em uma sociedade pluralista;
- h) desenvolver capacidades de imaginação, investigação e de racionalidade para comportar-se, responsabilmente, no meio cultural , social e ambiental.

A educação para a diferença reflete-se na humanização crescente do indivíduo consigo mesmo e na sua relação com o outro, resgatando a diferença como riqueza da vida social, estimulando a essência do saber e do aprender dentro do vínculo amoroso entre as pessoas.

Educar para a diferença permite que cada pessoa compreenda seu próprio valor, promovendo a auto-estima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas relativas a expectativas indevidas que poderiam ser prejudiciais. É preciso que, cada vez mais, possam existir espaços de convívio que possibilitem conhecimentos e vivências que cooperem para que se apure, nas pessoas, sua percepção de injustiças e de manifestações de preconceito e de discriminação que recaiam sobre elas próprias ou que elas venham a testemunhar - e para que desenvolvam atitudes de repúdio a essas práticas.

O objetivo da **educação para a diferença** é harmonizar a convivência de diferentes grupos sociais; promover a justiça social, considerando as distinções dos segmentos sociais; permitir o acesso de todos os seres humanos aos bens intelectuais, materiais, espirituais e naturais; assim como, mobilizar cada um para a aceitação de si mesmo, percebendo-se diferente do Outro – por essa razão, somos muito mais enriquecidos nessa convivência dos diferentes.

Referências bibliográficas

- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- BYINGTON, Carlos Amadeu Botelho. *Pedagogia simbólica: a construção amorosa do conhecimento do Ser*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1996.

CORRÊA, Rosângela. Cultura, educação para, sobre e na paz. *In: Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.

MONTERO, Paula. Diversidade cultural: inclusão, exclusão e sincretismo. *In: Juarez Dayrell (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

NICOLESCU, Basarab. A prática da transdisciplinaridade. *In: Educação e transdisciplinaridade*. Brasília: Unesco, 2000.

PÉREZ SERRANO, Gloria. *Educação em valores: como educar para a democracia*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: USP/Ed.34, 1999.

STOLKE, Verena. Cultura européia: uma nova retórica de exclusão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, n.22, v. 8, junho 1993.